

# Reforma espera por Funaro

Para aproveitar a concentração de parlamentares no Congresso durante a semana de votação da emenda da Constituinte, o Conselho Político decidiu votar também a proposta de reforma tributária, produzida a partir de uma negociação entre as lideranças políticas e representantes da Frente Municipalista. O projeto será votado no dia 21 ou 22.

O presidente Sarney afirmou que vai esperar o retorno ao Brasil do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, com quem discutirá as implicações de uma fórmula que atenda aos municípios sem onerar demasiadamente os cofres do Tesouro.

## PACTO

Ele voltou a insistir na importância que seu governo atribui ao pacto social, como passo indispensável para que o Brasil consiga vencer a crise econômico-social e, ao mesmo tempo, consolidar o projeto de redemocratização, afastando os riscos de traumas e abalos políticos e institucionais.

Sarney falou que as últimas conversações estabelecidas na área sindical tinham sido encorajadoras. Os líderes presentes — Carlos Chiarelli e José Lourenço, do PFL, Hélio Gueiros e Pimenta da Veiga, do PMDB, apoiaram sem restrições a idéia de um pacto social que leva a Nação a se solidarizar com o projeto político e econômico do governo, principalmente a posição do país na negociação da dívida externa.

ma da admissão de 40 mil economiários pela Caixa Econômica Federal, já formulado pelo seu presidente, ex-senador Marcos Freyre. Sarney pediu tempo, avisando que precisava discutir o pleito com o seu ministro da Fazenda em face das suas repercussões sobre o Tesouro.

Funaro acha-se em Seul, Coréia do Sul, participando de reunião da Junta de Governadores do Fundo Monetário Internacional. O presidente teme adotar qualquer medida que possa repercutir desfavoravelmente junto aos banqueiros internacionais na medida em que importe em aumentar o déficit de nossas contas públicas. Este tema e o da reforma tributária só terão solução com a anuência do ministro da Fazenda.

## VEREADORES

Por fim, Sarney autorizou seus líderes a estudarem uma fórmula de fixação dos subsídios dos vereadores que concilie os interesses deles com o bem público. Isso significa fixar um patamar que não permita às Câmaras Municipais estabelecer vencimentos acima de certo percentual em relação aos subsídios dos deputados estaduais, para evitar abusos que têm sido freqüentes no interior do Brasil — e particularmente em algumas capitais.

A fórmula terá que fixar um patamar-limite para que os subsídios não venham a exceder nunca os dos deputados estaduais, como já vem ocorrendo em algumas capitais brasileiras. Isso não significa que o Congresso venha a fixar os subsídios dos vereadores, mas apenas fixar limites para evitar abusos.

## CEF

Pimenta da Veiga pediu uma solução para o proble-